

Para Izabel

*A causa da Comuna é a causa da revolução social,
é a causa da total emancipação política e econômica
dos trabalhadores, é a causa do proletariado mundial.
E neste sentido, é imortal.
Lenin*

A Comuna de 1871, a primeira grande experiência dos trabalhadores “no poder”, possibilitou por no horizonte da história do movimento proletário e popular perspectivas de autogoverno dos trabalhadores e de emancipação humana. Até então, aquela tinha sido a experiência mais objetiva produzida pelo movimento proletário-popular, no que se refere à possibilidade das “classes subalternas” assumirem o poder. O conjunto do movimento socialista e comunista, em suas várias tendências, nunca deixou de considerar a Comuna como o grande *laboratório* do poder proletário e, como evidenciou Engels, a Comuna demonstrou a necessidade de o proletariado organizar-se como classe dirigente¹. Apesar de assumir a linha crítica dessa experiência, iniciada pelas agudas observações de Marx e Engels, Lenin, assim como seus inspiradores, considerava as lições da Comuna fundamentais para a organização do poder proletário² e, nesse sentido, revisitará essas experiências tanto na insurreição de

* **Antonio Carlos Mazzeo** é Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp, editor da revista *Novos Temas* e secretário do Instituto Caio Prado Jr..

¹ Veja-se, F. Engels, In: MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou: Editorial Progresso, 1987, Prefácio à edição Inglesa de 1888, p. 20.

² Como ressalta Lenin: “[...] apesar de todos os seus erros, a Comuna é o modelo mais grandioso do mais grandioso movimento proletário do século XIX. Marx deu grande valor ao significado histórico da Comuna [...] O proletariado a aproveitará como já fez na Rússia durante a insurreição de dezembro.” LENIN, V.I., *Os Ensinamentos da Comuna de Paris*. In: _____. *A Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Avante, 1975, p. 65.

1905 como na exitosa Revolução de 1917. Não por acaso, em março de 1905, afirmava: “[...] No movimento atual, todos nos apoiamos na Comuna”.

Como homem das “[...] respostas concretas para as situações concretas”, Lenin irá debruçar-se com afincamento e aprofundar seus reflexões sobre o real significado das experiências dos trabalhadores no poder, na Comuna de 1871, no momento em que as condições históricas internacionais e, em especial, da Rússia exigirem novas respostas para o processo revolucionário, como adverte Gerratana,³ após elaborar a tese – dada a *particularidade histórica* da Rússia – da necessidade da realização de uma revolução democrática umbilicalmente ligada à revolução socialista, elaboração que ocorre como desdobramento imediato e *mediato* da insurreição de 1905, ganhando novo impulso em 1917, quando a revolução apresenta-se como *possibilidade concreta*. Apesar de correto em sua assertiva inicial sobre o “momento” Lenineano em relação à nova dimensão que irá conferir ao processo vivido pela Comuna, em particular o problema da *ditadura democrática*, Gerratana acaba atribuindo a Lenin um *taticismo* inexistente em seu pensamento *teórico-prático*, basta que lembremos seu empenho, no confronto com o marxismo vulgar da II Internacional, em repelir qualquer visão dogmática e “oportunista”, isto é, “taticista”, no contexto da teoria social de Marx. Para Lenin, a teoria social de Marx deveria ser entendida como produto de uma rigorosa análise dos processos sociais, a partir de uma dinâmica *gnoso-dialético-materialista*. Como acentuava, já em 1905:

Não consideramos, de modo algum, a teoria de Marx como alguma coisa definitiva e intocável; ao contrário, estamos convencidos de que ela colocou apenas pedras fundamentais da ciência, que os socialistas devem fazer progredir em todas as direções, se não querem distanciar-se da vida⁴.

Essa passagem de *As Duas Táticas*, de per si, atesta a distância do pensamento Lenineano do *taticismo* dogmático que reduz a teoria social de Marx em um vai-da-vela ao sabor das oportunidades. Como assinalo em um velho artigo⁵, o rigoroso vínculo de Lenin ao conjunto *categorial-analítico* da teoria social de Marx sempre o impulsionou a buscar a realidade estrutural como parâmetro, sem deixar, no entanto, de fundamentar a observação empírica com meticulosa reflexão teórica, postura essa evidenciada em suas anotações de estudos teóricos e de filosofia, realizadas entre 1895 a 1916 – publicadas nos assim chamados *Cadernos sobre Filosofia*⁶ – ou ainda sua diligência em compreender as *condições histórico-objetivas* do desenvolvimento do capitalismo na Rússia⁷, *dimensionando rigorosamente* no campo do materialismo-dialético, a realidade russa como *particularidade histórica*, formulação essa bastante distanciada do generalismo dogmático, muito em voga no movimento socialista de sua época. Ao contrário, como bem ressaltou Lukács, Lenin não se limita às “verdades”

³ GERRATANA, V.. *Ricerche di Storia Del marxismo*. Roma: Riuniti, 1978, p. 214-215.

⁴ LÊNIN, V. I.. Las dos tácticas de la socialdemocracia em La Revolución Democrática. In: _____. *Obras Completas*. Madri: Akal, 1974, vol. IX, p. 157.

⁵ MAZZEO, A. C.. Lenin e a Teoria do Estado Revolucionário, revista *Novos Rumos*, ano 2, nº 1, São Paulo, *Novos Rumos*, jan.-fev.-mar., 1987, p. 155-187.

⁶ Cf. *Cuadernos Filosóficos*. In: *Obras Completas*, op. cit., vol. XLII.

⁷ Veja-se *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. In: *Obras Completas*, op. cit., vol. III.

estabelecidas e, nessa direção, empenha-se em estabelecer a confluência da teoria marxista, desenvolvida após a morte de Marx, com a realidade. De modo que essa compreensão, aliada à elaboração teórica sobre o *novo momento* do capitalismo, colocando a *teoria do imperialismo* no centro do processo histórico do capital, redimensionando a teoria da “madurez do capitalismo” como elemento condicionante para a realização da revolução socialista e, com isso, introduzindo a possibilidade da revolução proletária em qualquer país⁸, ou como sublinha Lukács, “a atualidade da revolução”, como cenário de uma época histórica⁹, desmente qualquer tentativa de situar a práxis de Lenin como *taticista*. Sua permanente recusa ao dogma e ao empiricismo,¹⁰ no escopo da teoria social de Marx nos possibilita dizer que Lênin *situa-se rigorosamente* no âmbito dos pressupostos que nortearam as reflexões de Marx e Engels, como enfatizaram Lefebvre, Gruppi e Lukács, entre outros.¹¹

Esta pequena digressão nos permite delinear o campo teórico das formulações lenineanas e seu estreito vínculo com as categorias analíticas de Marx. Como evidenciou Lukács, Lenin é mais que um “homem político”, é um *pensador do proletariado* que inseriu na ordem do dia do movimento operário e popular a necessidade e a possibilidade da revolução, particularmente no contexto da crise do início do século XX que culminaria na 1ª Guerra Mundial e com a própria Revolução de Outubro. É comum analisar as divergências na II Internacional, tomando por base apenas a “disputa ideológica” ou as concepções de marxismo, basicamente o embate da ala esquerda da socialdemocracia, incluindo-se aí Rosa Luxemburgo e Lenin, com Berstein e principalmente com o Kautskismo¹². Obviamente, o problema

⁸ “[...] Sabemos que Marx e Engels concebiam a possibilidade da revolução socialista numa determinada formação social, tendo como pressuposto um certo grau de desenvolvimento de forças produtivas capitalistas, o que propiciaria o surgimento de um proletariado moderno que organizadamente responderia às agudizações decorrentes das contradições da sociedade capitalista, e que seria capaz de assimilar a ideologia revolucionária. Essas análises estavam determinadas pelo próprio momento histórico em que viviam Marx e Engels, quer dizer, postas pela concretude mesma do desenvolvimento capitalista daquela época. Como foi evidenciado, Marx e Engels [...] diziam que em cada *formação social capitalista* haveria situações *particulares*, onde as contradições *determinadas por suas especificidades* engendrariam o processo revolucionário. A condição *sine qua non*, e aí como conceituação universal das leis gerais do modo de produção capitalista era a “madurez” do capitalismo, que aparecia como elemento necessário para o desencadeamento do processo revolucionário e, no século XIX, o capitalismo “maduro” só podia ser entendido dentro dos limites das fronteiras nacionais, quer dizer, determinados países com determinados graus de desenvolvimento capitalista. Sendo assim, o seu contrário – a revolução proletária – também estava submetido a essa limitação histórico-concreta.” MAZZEO A. C.. *Sociologia Política Marxista*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 39-40.

⁹ Cf. LUKÁCS, G.. *Lenin: teoria e prassi nella personalità di un rivoluzionario*. Turim: Einaudi, 1970, p. 15-16.

¹⁰ Nas palavras de Lenin: “[...] Assim, pois, o pensamento humano, por sua natureza, é capaz de nos fornecer e efetivamente nos dar, a verdade absoluta, que resulta da soma das verdades relativas. Cada fase do desenvolvimento da ciência acrescenta novos elementos a esta soma de verdades absolutas, mas os limites da verdade de cada tese científica são relativos, ampliam-se e se restringem pelo processo ulterior dos conhecimentos”. *Materialismo y Empiricriticismo*. In: op. cit., vol. XIV, p. 125-126.

¹¹ Vejam-se LEFEBVRE, H.. *Pour connaître la pensée de Lenine*. Paris: Bordas, 1977; GRUPPI, L.. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979 e LUKÁCS, G.. op. cit..

¹² Sobre essa questão, ver ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBBSBAWM, E. (org). *História do Marxismo – O marxismo na época da Segunda Internacional*. vol. II, Parte I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 15-73.

apresentava-se de modo mais complexo, pois se centrava no próprio contexto das respostas do movimento operário à crise, à pauperização dos trabalhadores e às ações cada vez mais incisivas e autocráticas das políticas burguesas para o proletariado, diante de uma crescente sedução, por parte de significativos setores das burguesias europeias e de seus aliados, para soluções “bonapartistas”. A II Internacional oscilava entre o reformismo “etapista” explícito e a possibilidade de rupturas mais profundas e radicais, sendo que em sua composição majoritária, o conceito de marxismo era perpassado pelo *positivismo evolucionista*, que ao limite, “justificava” e explicava não somente seu reformismo, mas também sua inércia em relação ao “que fazer” diante das perspectivas abertas pela crise¹³. Nesse sentido, queremos dizer que a essência dos debates travados no interior da II Internacional era a *contraposição entre reforma e revolução*.

Mas é partir 1905 que Lenin irá debruçar-se com mais vigor no estudo da experiência da Comuna, buscando nas lições daquele movimento, desenvolver suas positivities e, ao mesmo tempo, encontrar seus limites e pontos vulneráveis, como podemos verificar em seu esboço de conferência sobre o tema, escrito entre fevereiro e março daquele ano¹⁴, onde sublinha, em seus apontamentos, as medidas mais importantes tomadas pelos comunardos, como a abolição do exército e da burocracia, a elegibilidade dos funcionários públicos, a instituição do ensino gratuito, a entrega das fábricas abandonadas aos trabalhadores e, também, como nota crítica de fundo, assinalada com a abreviação *NB (Nota Bene)* da locução latina para “nota bem”, um equívoco fundamental: “[...] *não tomaram os bancos*”. Se atentarmos para os debates sobre a questão democrática na luta contra a autocracia czarista, travados naquele ano, no âmbito da socialdemocracia russa, com os *neoiskristas* (mencheviques)¹⁵, veremos a imediata conexão dos argumentos de Lenin com seus apontamentos para a conferência sobre a Comuna, de 1905, justamente no que se refere à vacilação em relação à questão econômica (o problema dos bancos) e, fundamentalmente, à questão das alianças políticas realizadas pelo proletariado e à falta de organização dos trabalhadores.

Nessa polêmica sobre a questão democrática em que Lenin faz questão de diferenciar a atitude dos *democratas da classe operária* frente aos *democratas burgueses*, demarcando o *plano de classe* das concepções sobre a democracia, há toda uma argumentação, mais tarde recuperada por Lukács¹⁶, que procura articular o próprio avanço da democracia burguesa com o avanço das lutas e da organização operárias e, conseqüentemente, com o alargamento dos espaços de

¹³ Como define E. Ragonieri: “[...] Por marxismo da Segunda Internacional, entende-se, em geral uma interpretação e elaboração do marxismo que reivindica um caráter científico para sua concepção da história, na medida em que indica nela o desenvolvimento segundo uma necessária sucessão de sistemas de produção econômica, conforme um *processo evolutivo que só no limite considera a possibilidade de rupturas revolucionárias emergentes do desenvolvimento das condições objetivas*”, *Il Marxismo e L'Internazionale*. Roma: Riuniti, 1968, p. 47 (grifos nossos).

¹⁴ *Plano de uma Conferência sobre a Comuna*. In: *A Comuna de Paris*, op. cit., p. 54.

¹⁵ Ver, em especial, LENIN, V. I.. Democracia operária e democracia burguesa. In: *Obras*, op. cit., vol. VIII, p. 65-76.

¹⁶ Veja-se LUKÁCS, G.. O processo de democratização. In: *Socialismo e democratização*. Rio de Janeiro: Editora da URFJ, 2008, p. 94 e ss.

conquistas dos trabalhadores¹⁷. Nesse debate, que reverbera claramente suas reflexões críticas sobre os problemas vividos pelo proletariado francês na experiência de 1871, em especial a questão das alianças e da frágil organização dos trabalhadores, Lenin acentua que não só os avanços do movimento operário garantem, transformam e radicalizam a democracia, como também definem os campos onde devem atuar os proletários e os setores populares¹⁸ e, nesse sentido, definem ainda, os campos das alianças políticas. Assim, Lenin coloca em pauta, *pela primeira vez* nas formulações do movimento operário, o conceito de *hegemonia do proletariado*¹⁹. Como fica evidente, para a concepção lenineana, não bastava arquitetar uma frente democrática ampla contra a autocracia do Czar. É o que Lukács, mais adiante, irá chamar de luta pela *democracia socialista*, quer dizer, um longo processo de *democratização substantivado pelo nivelamento dos direitos conquistados pelas lutas dos trabalhadores contra a idealização posta pelo Estado Burguês*²⁰. Para melhor argumentar sobre esse problema, vamos nos ater um pouco mais no elemento de fundo da argumentação lenineana, em relação à questão da disputa pela *hegemonia* por parte do proletariado.

Para Lenin, estava claro que não bastava construir os espaços formais para uma democracia balizada pelo mercado em que o igualitarismo inerente à democracia construída pela sociedade civil burguesa apresentava-se de forma incompleta e, mais do que isso, não somente esfumava-se no plano da concretude da vida social como se materializava enquanto falácia manipulatória. Como bem ressalta Gruppi, esse é o momento em que utilizando as categorias dialéticas Lenin compreende que a revolução russa deve ter o caráter de uma revolução democrática, mas essa revolução, dadas as características tardias do desenvolvimento do capitalismo russo não poderá ser completada por uma burguesia débil e incapaz de realizar suas tarefas históricas, ou de assumir a hegemonia do processo revolucionário²¹. Evidencia-se assim que a preocupação de Lenin é por um proletariado à testa do processo revolucionário, hegemonizando a luta democrática contra a autocracia do Czar e pondo no centro da disputa o projeto socialista. Como ressalta Lenin:

Desde o ponto de vista proletário, a hegemonia corresponde, na guerra, a quem luta com maior energia, a quem sabe aproveitar todas as ocasiões para assentar um golpe no inimigo, àquele cujas palavras não diferem de suas ações e que é, portanto, o dirigente ideológico da democracia que critica tudo que seja dito a meias palavras²².

¹⁷ Como vemos em V.I.Lenin: "[...] A natureza democrático-burguesa do movimento da intelectualidade russa, a partir de sua tendência mais moderada, partidária das reformas no terreno da cultura até a tendência revolucionária terrorista mais radical, tornou-se mais evidente na medida em que surgia e se desenvolvia a ideologia proletária (da socialdemocracia) e o movimento proletário de massas." In: Democracia operária e democracia burguesa, op. cit., p. 67. Ver também LUKÁCS, G.. O processo de democratização, op. cit., p. 120.

¹⁸ LÊNIN, V. I.. Democracia operário e democracia burguesa, op. cit., p. 69.

¹⁹ Idem, p. 73.

²⁰ LUKÁCS, G.. O processo de democratização, op. cit., p. 92 e 93 e passim.

²¹ GRUPPI, L.. op. cit., p. 49 e ss.

²² LÊNIN, V. I.. *Democracia operária e democracia burguesa*, op. cit., p. 73.

A derrota da insurreição de Moscou, em dezembro de 1905 reforça a tese da necessidade da *hegemonia* e, contrapondo-se à direita da socialdemocracia, Lenin defende a palavra de ordem de insurreição armada que apesar de não acontecer, vai contribuir para rebeliões pontuais de camponeses e de soldados. Efetivamente, diante do equilíbrio posto pelo impasse entre o movimento democrático e a autocracia czarista moribunda, Lenin defende, de um lado, a unidade com os democratas, mas ao mesmo tempo esforça-se para organizar um setor avançado do proletariado, com *autonomia e programa independente*. O que devemos depreender da postura lenineana é toda uma preocupação de não perder o “fio da meada” da processualidade russa, seja quando defende o boicote à primeira Duma, seja quando passa a defender a ida ao parlamento²³. Longe de ser uma postura *taticista*, como querem alguns, a ação de Lênin releva dois elementos centrais: de um lado, a consideração das características *histórico-particluares* da Rússia e das lutas por conquistas democráticas de outra, a insuficiência da burguesia russa frente ao capitalismo internacional e além de sua própria tradição autocrática. É o que podemos definir como a compreensão da *determinação concreta do processo histórico* daquele momento. E é nesse contexto que sobressai no pensamento lenineano a necessidade da *hegemonia* e da organização independente do proletariado, o que implicava não somente a *determinação programática e unitária da vanguarda proletária*, como também o combate permanente a seus desvios, fossem os de direita, fossem os de esquerda, o assim chamado *critério da luta em duas frentes*, que possuía um significado maior que qualquer tática. Era objetivamente, como definiu Gruppi²⁴, a *determinação da hegemonia* que não poderia admitir nenhum desmonte das conexões dialéticas da ação revolucionária. Não por outro motivo, em 1911, no momento em que o movimento operário russo retoma as lutas sindicais verificamos, em artigo publicado na *Rabotchaya Gazeta* nº 45, uma nova visita e um outro mergulho em suas reflexões críticas sobre o processo vivido pela Comuna de 1871, em particular realçando o isolamento do proletariado francês no período crucial do movimento ressaltando, porém, as condições históricas do capitalismo francês e da consequente fragilidade organizativa de seu proletariado²⁵.

Para afrontar a questão programática e procurando estabelecer uma diferenciação qualitativa na organização proletária, Lenin, já em 1912, chama atenção para as bandeiras históricas dos trabalhadores, articulando a luta econômica com a necessidade da luta política. As palavras de ordem são: república, jornada de trabalho de oito horas e divisão das terras, ou seja, na luta pela democracia, as reivindicações operárias são colocadas como *diferenciadoras* no âmbito do generalismo democratista burguês e pequeno-burguês, na perspectiva de ir para além do reformismo, mas, ao mesmo tempo, acentuando a necessidade de se combinar

²³ Sobre esse processo, que vai de 1906 a 1911, veja-se CARR, E. H.. *A Revolução Bolchevique, 1917-1923*. Porto: Afrontamento, 1977, vol. I, p, 61 e ss.

²⁴ GRUPPI, L.. op. cit., p. 78.

²⁵ No dizer de Lenin: “[...] Uma revolução social, para triunfar necessita, pelo menos, duas condições: forças produtivas altamente desenvolvidas e um proletariado bem preparado [...] O capitalismo francês achava-se ainda pouco desenvolvido e a França era, então, um país de pequena burguesia (artesãos, camponeses, lojistas etc.). Por outro lado, não havia um partido operário; a classe operária não tinha nem preparação nem longa experiência, no seu conjunto nem sequer compreendia claramente quais eram as suas tarefas e os meios de as realizar.” À Memória da Comuna. In: *A Comuna de Paris*, op. cit., p. 71-72.

ações reformistas com ação revolucionária. Recolocam-se aqui os elementos de ação política estabelecido em seu *Que Fazer?*, de 1902, em que formula a *necessidade do elo* entre ação econômica espontânea das massas com a ação *teleológico-política* do partido de “novo tipo”.²⁶ Evidencia-se aqui a questão do partido revolucionário como articulador teórico e dirigente político, ressaltando ainda que isso se torna possível se o partido atuar como educador das massas trabalhadoras. Mas emerge também o que Lukács irá definir como a *teoria da democratização*, que se difere da simples concepção de democracia formal, vigente na sociedade civil burguesa. Lenin claramente define que nas tarefas do proletariado na revolução burguesa o encargo imediato dos revolucionários é o de passar a produção social ao controle dos trabalhadores, ressaltando justamente o que não foi possível na experiência dos comunardos. Em meio ao processo de radicalização revolucionária da Rússia, em *Cartas de Longe*, de março de 1917, Lenin destacando a obrigação da organização diferenciada do proletariado ressalta, apoiando-se na experiência da Comuna e da insurreição de 1905, a positividade da criação do soviete de deputados operários e a necessidade de ampliá-lo e fortalecê-lo, atraindo para ele deputados dos soldados, dos assalariados camponeses etc²⁷. Avançando nas propostas para a tomada do poder, Lenin pontua que, no desdobramento das experiências de 1871 e de 1905, os sovietes devem constituir-se como organismos de poder revolucionário²⁸. Indo mais além, Lenin explicita:

Este princípio teórico, deduzido da experiência da Comuna de 1871 e da revolução de 1905, deve ser esclarecido e desenvolvido mais concretamente, fundamentando-se nas indicações práticas precisamente da época atual, precisamente da revolução atual da Rússia. [...] Necessitamos de um poder revolucionário (para certo período de transição) de um Estado [...] Necessitamos de um Estado, mas não como aquele de que necessita a burguesia [...] Se quer salvaguardar as conquistas da presente revolução e seguir avante [...] deve, o proletariado, “demolir” essa máquina do Estado “já feita” e substituí-la por outra, fundindo a polícia, o exército e a burocracia com todo o povo em armas. Seguindo a rota indicada pela experiência da Comuna de Paris de 1871 e da revolução russa de 1905, o proletariado deve organizar e armar todos os elementos pobres e explorados da população, a fim de que os mesmos tomem diretamente em suas mãos os organismos do poder de Estado e formem eles mesmos as instituições desse poder.²⁹

Desse modo, podemos concluir a partir das próprias reflexões lenineanas, que essa referência permanente ao processo vivido pela Comuna está delineada não somente pelos embates travados no seio da II Internacional, mas *fundamentalmente pela possibilidade de uma*

²⁶ Ver LÊNIN, V. I.. *Que Hacer? – Problemas Candentes de Nuestro Movimiento*. In: *Op. cit.*, vol. V, p. 380 e ss.

²⁷ Veja-se LÊNIN, V. I.. *Cartas de Longe*. In: *A Comuna de Paris*, op. cit., p. 79.

²⁸ *Idem*, p. 80.

²⁹ *Ibidem*, p. 80, 81 e 82.

alternativa socialista aberta pela crise, nesse sentido, diferentemente de Gerratana e de José Paulo Netto³⁰, entendemos que não serão os embates imediatos à sua reentrada na Rússia que determinarão a elaboração em primeiro, das *Teses de Abril* e depois de *O Estado e a Revolução*, mas sim o próprio processo histórico aberto pela crise do capitalismo e pela insurreição de 1905. Mesmo que se reclame o profícuo debate de Lenin com Bukharin, que resultou numa dura polémica sobre o Estado imperialista³¹, e na sistematização de um estudo sobre a questão do Estado em Marx e Engels, inicialmente esboçado no famoso *Caderno Azul*, ainda no exílio, em Zurique, e publicado posteriormente sob o título *O Marxismo e o Estado*³², podemos ver, pelo que argumentamos até aqui, que essa preocupação vinha de muito tempo e constituía-se num dos pontos basilares da ideia de revolução e do poder operário em Lenin e, fundamentalmente, essa reflexão incidia na edificação do corpo conceitual de sua teoria da organização e do partido do proletariado. O cerne lenineano da organização, esboçado em *As duas táticas*, deveria ser complementado em *O Estado e a Revolução*, livro que seria composto por duas partes; na primeira, sintetizando as concepções de Marx e Engels sobre o problema do Estado e, na segunda, sobre as experiências concretas dos processos revolucionários vividos, mas que infelizmente ficou incompleto, com o desencadear da Revolução de 1917, e as reflexões que deveriam analisar e articular o problema do poder com o da organização e hegemonia proletárias acabaram sendo postergadas para a “eternidade”³³. Para alguns intelectuais marxistas, como Gerratana, *O Estado e a Revolução*, além de esquemático “peca” por reduzir a política e a concepção marxiana sobre o Estado a uma forma simplista³⁴. J. P. Netto vai mais além, o livro carrega em sua arquitetura uma forma escolástica e restritiva tematicamente³⁵.

Mais uma vez discrepamos de Gerratana e de José Paulo Netto. É evidente que o livro ficou incompleto, exatamente das mediações necessárias para analisar a questão específica do Estado russo, como foi ressaltado por Lenin no posfácio de *O Estado e a Revolução*, como já mencionamos. No entanto, esse é apenas um aspecto da polémica, diga-se o menos importante, sobre o livro, como diz Gerratana, entre os que aceitam ou rejeitam essa obra. Há nesse debate uma questão de fundo que, em meu entender, é tangenciada, talvez, pautada pelo contexto mesmo em que esses dois autores escreveram suas considerações sobre a teoria do Estado de Lenin. Um, no âmbito da proposta da construção de uma aliança política dos

³⁰ Vejam-se GERRATANA, op. cit., p. 181 e ss; NETTO, José Paulo. *Lenin e a Instrumentalidade do Estado* – apresentação ao livro *O Estado e a Revolução*, op. cit., p. 7-46.

³¹ Veja-se Idem, p. 11 e 12.

³² LÊNIN, V. I.. *El Marxismo y el Estado*. Moscou: Editorial Progreso, 1980.

³³ Como resalta Lenin, no *Posfácio* à primeira edição, de novembro de 1917, de *O Estado e a Revolução*, op. cit.: “[...] Escrevi este folheto nos meses de agosto e setembro de 1917. Já tinha traçado o plano do capítulo seguinte, o VII: A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917. Mas, além do título, não me foi possível escrever nem uma só linha deste capítulo; veio “atrapalhar-me” a crise política, às vésperas da Revolução de Outubro de 1917. “Atrapalhações” como esta não podem produzir mais que alegria [...] a redação da segunda parte do folheto [...] terá certamente que ser adiada por muito tempo; é mais proveitoso e agradável viver a “experiência da revolução” que escrever sobre ela”.

³⁴ GERRATANA, V. op. cit., p. 173 e ss.

³⁵ Como vemos em NETTO, J. P.: “[...] A sua arquitetura é extremamente linear, numa configuração formalmente escolástica; e a forma, nele expressa, substancialmente através de procedimentos expositivos, uma construção teórica concentrada num restrito núcleo temático [...]”, cit., p. 13

comunistas italianos com a *democracia cristã* posteriormente, denominado como *Compromisso Storico*, em 1973, pelo então secretário geral do PCI, Enrico Berlinguer. Outro, norteador pela necessidade de se consolidar uma transição democrática, no contexto do colapso da ditadura militar-bonapartista brasileira, após 1985. Refiro-me, aqui, à *questão democrática* esboçada por Lenin.

Mas para abordarmos esse problema, iniciemos por sua concepção de Estado. Como ressaltamos, em *O Estado e a Revolução*, são arrolados elementos teóricos que possibilitam articular os conceitos básicos de Marx e Engels sobre o Estado burguês. O fato de Lenin considerar a existência de uma teorização sobre o Estado, nas obras de Marx e de Engels, apenas constata uma situação objetiva, pois esses autores abordaram, ainda que não de forma sistematizada, essa temática. No entanto, chamamos à atenção, na esteira da reflexão lukacsiana, que objetivamente Marx e Engels construíram um conjunto teórico-categorial que possibilitou à teoria marxista analisar os fundamentos ontológicos do Estado, expressos como a forma ideo-política da sociabilidade burguesa³⁶. Mas o fato é que em *nenhum momento*, Lenin considera a existência de uma “teoria acabada” sobre o Estado na obra marxo-engelsiana, mesmo quando se refere ao livro de Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Ao contrário, a ênfase dada é para a *necessidade de sua destruição*.

Por ora, basta dizer que a noção lenineana sobre o Estado é parte do pressuposto básico das análises de Marx e Engels, objetivando-se em três eixos, quer dizer: 1) a existência do aparelho estatal é o resultado da impossibilidade da conciliação entre as classes em luta; 2) a necessidade do desmonte e da extinção do Estado e 3) a transformação da máquina do Estado em um organismo que, sob controle operário, prepara sua autodissolução. A longa citação do livro *O Anti-Dühring* de Engels, atesta a identidade lenineana com essa premissa³⁷. Poderíamos dizer, como o faz Netto, que essa é uma concepção “francamente unidimensional e direta, reducionista”³⁸ e que impede a visão mais ampla sobre o Estado moderno? Se considerarmos a obra em sua condição *imediate*, isto é, sem o contexto histórico-concreto de sua elaboração, poderíamos até concordar com as observações de Netto. No entanto, o que temos aí é uma inferência precipitada, exatamente quando desconsidera o fundamento dessa argumentação. Explicando melhor: desde 1905, Lenin argumenta que as duas grandes experiências do proletariado no poder, a insurreição russa e a Comuna de 1871 colocaram a necessidade de a classe operária tomar a máquina do Estado e construir uma nova. Mas o que seria essa nova máquina sob controle do proletariado? Em seus apontamentos preparatórios para a elaboração de *O Estado e a Revolução*, o famoso *Caderno Azul*, comentando uma passagem do livro de Marx, *A Guerra Civil na França*, Lenin explicita seu conceito sobre o *Estado de novo-tipo*, quando afirma que a revolução proletária não pode simplesmente tomar a máquina estatal existente, mas deve *substituí-la* por uma *nova* e o proletariado deve constituir um *governo de controle direto*³⁹. Efetivamente, Lenin realça aqui a necessidade do controle pelos “de baixo”,

³⁶ Cf. LUKÁCS, G., *Lenin*. Op. cit., p. 73 e ss.

³⁷ LÊNIN. *O Estado e a Revolução*, que daqui em diante passo a referir como **ER**, op. cit., p. 63-64.

³⁸ Ver NETTO, J. P., cit., p. 31.

³⁹ *Caderno Azul*, op. cit., p. 6-7, comentando *A Guerra Civil na França*, de Marx, e a *Carta à Kugelmann*, de 12 de abril de 1871, do mesmo autor.

não somente da estrutura do Estado, mas fundamentalmente do conjunto da sociedade, quer dizer, demolir a estrutura estatal requer, necessariamente, a construção de *formas de poder* que radicalizam e aprofundam a democracia, na perspectiva do proletariado. Não podemos deixar de dizer que Gerratana releva essa questão ao assinalar lucidamente que Lenin busca *realizar a conexão entre democracia e socialismo*, eliminando assim qualquer possibilidade de interpretação instrumental da democracia⁴⁰, ou seja, a concepção burguesa de *democracia de mercado*. Isso significa dizer que um dos núcleos centrais de *O Estado e a Revolução* é a questão democrática. Vale a pena citar as considerações de Lenin sobre essa questão:

Na sociedade capitalista, sempre que se desenvolva nas condições mais favoráveis, temos uma democracia mais ou menos completa na república democrática. Mas esta democracia se acha sempre encerrada dentro dos estritos limites da exploração capitalista e, por conseguinte, é sempre, na realidade, uma democracia para a minoria, somente para as classes possuidoras, somente para os ricos. A liberdade da sociedade capitalista é sempre mais ou menos o que era nas antigas repúblicas gregas: liberdade para os proprietários de escravos [...].⁴¹

Ora, evidencia-se que o controle pelos trabalhadores de uma nova *forma-Estado* coloca também a necessidade e a possibilidade de se ir para além da democracia. Não a vulgata stalinista da sacralização de uma pretensa democracia operária como “fim da história”, mas no sentido inverso, de sua superação. Com isso, queremos dizer que há, no pensamento de Lenin, uma imbricação entre democracia e opressão. Mais do que isso, a sociedade “civil” burguesa opera o Estado, através do jogo democrático e da formalidade parlamentar, posta pela hegemonia da classe burguesa. Nessa direção, Lenin dissolve a falsa concepção, que irá ganhar corpo na teoria marxista contemporânea, através de certas interpretações dos escritos gramscianos do cárcere, do “Estado ampliado”, ou ainda, a falsa contraposição leninista do Estado “restrito” àquela de Gramsci do “Estado ampliado”. De fato, a restritividade do Estado é evidenciada por Marx, já em seus escritos de juventude, onde é destacada a conexão da estrutura estatal com as formas organizativas da produção em que a prevalência é a forma da propriedade privada dos meios de produção e a expropriação da mais-valia. Não somente o Estado é a presença alienada, que fragmenta o homem e o retira de sua autodeterminação, como é também a expressão da morfologia da “sociedade civil”, ou dizendo corretamente, da *sociedade burguesa*, a *burgerliche gesellschaft*⁴². E mais, para Marx, a ampliação da participação dos trabalhadores na estrutura do Estado significa, ao mesmo tempo, o início de sua decomposição enquanto forma jurídico-política da sociabilidade burguesa, como fica evidente em suas observações na *Crítica do Programa de Gotha*⁴³.

⁴⁰ GERRATANA, V., op. cit., p. 189-190.

⁴¹ LENIN, ER, op. cit., p. 128.

⁴² Ver MARX, K.. *Crítica del programa de Gotha*. Moscou: Progreso, s/d, p. 23-24.

⁴³ Veja-se Idem, p. 25 e ss.

De modo que a participação das massas populares no jogo institucional, posto pela forma-política burguesa, só pode acontecer no âmbito da luta pela hegemonia, não como convivência com a institucionalidade, mas como forma de pressão e de organização para por abaixo a estrutura capitalista. Mas indo mais profundamente sobre o significado da visão lenineana sobre o poder proletário, colocamos em discussão uma perspectiva que tem sido deixada de lado, mais precisamente a questão da política. Entre os marxistas, é comum considerar a ação política de Lenin como um elemento que em si afirma sua positividade e que essa ação positiva, estaria na raiz da construção do “Estado proletário” e da “democracia proletária”. Pelo que demonstramos até aqui, ficou patente que Lenin advoga a tese marxo-engelsiana da extinção do Estado, com implicações na forma-governo que deve ser construída pelos trabalhadores. Imbrica-se aí a questão democrática, não como *democracia de mercado*, mas como organização de poder que, radicalizando a democracia, a dissolve e a faz avançar para um outro patamar, quer dizer, da democracia para a liberdade, como verificamos nessa passagem:

Só na sociedade comunista, quando já se tiver rompido definitivamente a resistência dos capitalistas, quando estes tiverem desaparecido, quando já não existirem classes [...] só então ‘desaparecerá’ o Estado e se poderá falar de liberdade. Só então será possível e se tornará realidade uma democracia verdadeiramente completa, uma democracia que não implique, efetivamente, nenhuma restrição. E só então começará a extinguir-se a democracia, pela simples razão de que os homens liberados da escravidão capitalista, dos inumeráveis horrores, bestialidades, absurdos e vilezas da exploração capitalista, se habituarão pouco a pouco a observar as regras elementares de convivência [...] sem coação, sem subordinação, sem esse aparelho especial de coação que se chama Estado⁴⁴.

Mas se a liberdade deve ser a meta do poder proletário, entremeadada por um Estado de transição, *in limine*, forma de construção do *não-Estado*, através da ditadura do proletariado, a correspondência organizativa, isto é a *política*, aquela que administra subjetivamente a forma de exploração através do controle social, também é posta em questão. Como lembra J. Chasin, desde as *Glosas de 44*, Marx põe em relevo a condição do Estado de sustentar a situação contraditória entre a vida pública e a vida privada do *citoyen* e, por esse motivo, Marx ressalta que o Estado deve estar limitado às atividades formais e negativas, pois a esfera de seus poderes termina no mesmo ponto onde começa a vida civil e o trabalho⁴⁵. Esta formulação marxiana se repetirá em outros textos, como no escrito em conjunto com Engels, *A Sagrada Família*. Nesse sentido, ressalta-se a grande interação de Lenin com as teses de juventude de Marx e Engels. Mesmo não tendo arrolado o livro *A Sagrada Família* dos dois autores citados, em seus materiais preparatórios para *O Estado e a Revolução*, no *Caderno Azul*, vemos uma

⁴⁴ LENIN, *ER*, p. 130-131.

⁴⁵ Veja-se CHASIN, J.. Marx – A determinação Ontonegativa da politicidade. In: *Ensaio Ad Hominem*, 1, tomo III – Política. Santo André: Edições Ad Hominem, 2000, p. 157 e ss. Ver também MARX, K.. Glosas Críticas al Artículo “El Rey de Prusia y La Reforma Social. Por um Prusiano. In: MARX, K.. *Escritos de Juventud*. México: FCE, 1987, vol. I, p. 505 e ss.

identidade com as formulações básicas sobre a questão da política, que já era manifestada em seus apontamentos do referido livro de Marx e Engels, ainda nos idos de 1895, em seus *Cadernos Filosóficos*. Ali, Lenin sublinha a identidade estabelecida por Marx entre a noção de autoconsciência dos idealistas alemães com a ideia de igualdade posta pelos franceses, como podemos ver em sua consideração sobre a *Glosa Crítica nº 3*:

Por tanto, assim como na Alemanha a crítica destrutiva, antes de se tornar com, Feuerbach, a consideração do homem real, tratava de solucionar todo o determinado e todo o existente, através da autoconsciência, e assim na França, a crítica destrutiva tratava de fazer o mesmo por meio do princípio da igualdade⁴⁶.

Se nos remontarmos ao *Caderno Azul*, vemos uma interessante observação sobre o *Manifesto Comunista*, onde as formulações de Marx e Engels sobre a política como instrumento de negatividade e de regulação coercitiva da desigualdade são cristalinas. Citando os dois autores, Lenin ressalta:

Uma vez que no curso do desenvolvimento, tenham desaparecido as diferenças de classe se tenham concentrado toda a produção nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político, falando-se propriamente dele, é a violência organizada de uma classe que se opõe à outra. Se na luta contra a burguesia o proletariado constitui-se indefectivelmente como classe; se mediante a revolução converte-se em classe dominante, suprime pela força as velhas relações de produção, suprime, ao mesmo tempo em que essas relações de produção, as condições para a existência do antagonismo de classe e das classes em geral e, portanto, sua própria dominação de classe⁴⁷.

O mais elucidativo nessa citação do *Manifesto Comunista* é a nota marginal de Lenin: "[...] *O poder político perde seu caráter político*"⁴⁸ Coloca-se aí com toda clareza a dimensão onto-negativa da política, realçada corretamente por Chasin.

A guisa de conclusão provisória, e deixando entreaberta a volta a essa questão, dados os limites dessas breves notas, relevamos nessas observações a formulação lenineana da *negatividade da política*, já acenada pela Comuna, considerada por Lenin como desdobramento natural das formas construídas pela sociabilidade burguesa, a saber: o Estado como forma de dominação e de representação da hegemonia burguesa nas relações sociais de produção; a democracia como instrumento de coerção, e a política como elemento central de controle, regulação e subordinação das massas à sociabilidade do capital. A organização do poder proletário, para Lênin, tinha como meta o fim de qualquer forma coercitiva e de poder emanada diretamente dos produtores associados. Nas palavras de Lenin:

⁴⁶ LÊNIN, V. I. *Cuadernos Filosóficos*, op. cit., p. 23.

⁴⁷ MARX, K.; ENGELS. *Manifesto Comunista* apud LENIN. *El marxismo y El Estado (Caderno Azul)*, op. cit., p. 35.

⁴⁸ Idem, idem, grifos nossos.

Nós nos propomos, como objetivo final, a abolição do Estado, quer dizer, de toda a violência organizada e sistemática, de todo o emprego da violência contra as pessoas em geral [...] Ao aspirar o socialismo, no entanto, estamos convencidos de que este se transformará em comunismo e que, portanto, desaparecerá de todo a necessidade de violência contra as pessoas em geral [...] pois as pessoas se acostumarão a observar as regras elementares da convivência sem violência e sem subordinação⁴⁹.

No curso dos acontecimentos revolucionários, outras realidades se puseram duramente como obstáculos ao projeto lenineano de emancipação humana. A guerra civil, a falência do “comunismo de guerra”, como resultado da própria guerra e do incipiente capitalismo, russo colocou outros desafios e que foram afrontados por Lenin a partir dos mesmos princípios, mas agora adequados à nova realidade, principalmente após a implantação da NEP. Não por acaso, em seu *Imposto sobre Espécie*,⁵⁰ documento em que delineia a nova política econômica, Lenin volta à proposta da hegemonia proletária, sabendo que uma nova etapa da luta de classes colocava-se para o proletariado russo agora, mais experiente e com sólidos instrumentos de poder nas mãos. Morre em meio ao processo de implantação dessa alternativa quase desesperada de manter o poder proletário.

Mas essa é uma outra história, que fica para uma outra vez!

⁴⁹ LENIN, *ER*, p. 145.

⁵⁰ LENIN, V. I.. El Impuesto em Espécie. In: *Obras*, op. cit, Vol. XXXV.